



ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

(Lei nº 24/98, de 26 de maio)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

2017

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto do Direito de Oposição (EDO), aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio, no seu artigo 1º, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais.

De acordo com a referida Lei, entende-se por “oposição” (artº 2º), a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos supracitados órgãos. O Direito à oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na Lei.

Nos termos do artigo 3º do EDO, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- a) os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal;
- b) os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;
- c) os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores;

De acordo com o consagrado no EDO, os titulares do Direito de Oposição têm:

- 1. O direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (artº 4º);
- 2. O direito de consulta prévia, de ser ouvidos sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (artº 5º);
- 3. O direito de participação, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artº 6º).
- 4. O direito de depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos (artº 8º)

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Relatório de Avaliação do Direito de Oposição 2017

Nos termos do artº 10º do EDO, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, no ano subsequente àquele a que se referam, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;

Esse relatório deverá, por sua vez, ser enviado aos titulares do EDO, a fim de sobre ele se pronunciarem e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.

O presente relatório, que se refere ao ano 2017, à semelhança do que vem sido hábito em anos anteriores, deverá ser publicado no Boletim Municipal e na página da internet da Autarquia.

2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o caso particular do Município de Abrantes, em que o **Partido Socialista** é o único partido político representado na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.

Durante o ano 2017, por se terem verificado eleições autárquicas, registaram-se dois momentos relativamente à composição dos órgãos deliberativo e executivo:

1. No seguimento das eleições autárquicas de 2013, até 19 de outubro de 2017, foram então titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de maio:
 - a) O **Partido Social Democrata (PSD)**, representado na Câmara Municipal com uma vereadora e na Assembleia Municipal com cinco eleitos.
 - b) A **Coligação Democrática Unitária (CDU)**, representada na Câmara Municipal com um/a vereador/a e na Assembleia Municipal com três eleitos;
 - c) O **Bloco de Esquerda**, representado na Assembleia Municipal com um eleito;
 - d) O **CDS-PP**, representado na Assembleia Municipal com um eleito;

A partir de 20 de outubro de 2017, na sequência do ato eleitoral ocorrido em 01 de outubro de 2017, passaram a ser titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de maio:

- a) O **Partido Social Democrata (PSD)**, representado na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com quatro eleitos.

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Relatório de Avaliação do Direito de Oposição 2017

- b) A **Coligação Democrática Unitária (CDU)**, representada na Assembleia Municipal com dois eleitos;
- c) O **Bloco de Esquerda**, representado na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com dois eleitos;
- d) O **CDS-PP**, representado na Assembleia Municipal com um eleito;

3. CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO

a) DIREITO À INFORMAÇÃO

Os titulares do direito de oposição com assento na Câmara Municipal foram regularmente informados, pela Presidente da Câmara sobre o andamento dos principais assuntos de interesse para o Município nas reuniões da Câmara Municipal e sempre que solicitaram esclarecimentos por parte dos elementos em funções executivas, tendo-lhes sido prestada a informação solicitada diretamente e em prazo tido como razoável, em conformidade com as questões apresentadas.

Para além de outras informações relativas a outros assuntos, aos titulares do direito de oposição representados na Assembleia Municipal foram prestadas todas as informações previstas na alínea c) do nº 2 do artigo 25º e nas alíneas s), t), x) e y) do nº 1 e no nº 4 do artigo 35º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Informação escrita e detalhada da Presidente da Câmara, acerca da atividade da Câmara Municipal, e de outros assuntos de interesse público, disponibilizada *on line* e/ou remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão.
- Apresentação por parte da Presidente da Câmara de outros assuntos de interesse público nas sessões da Assembleia Municipal;
- Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do município;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores verbalmente na própria reunião ou posteriormente por escrito;
- Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;
- Publicação das ordens do dia das reuniões dos órgãos autárquicos na página da internet da autarquia;

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Relatório de Avaliação do Direito de Oposição 2017

- Publicação das deliberações dos órgãos autárquicos destinadas a ter eficácia externa, através de edital e divulgação na página da internet da autarquia;
- Divulgação das atas da Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia e na página da internet da Autarquia;
- Envio à Assembleia Municipal das atas das reuniões da Câmara Municipal, após a sua aprovação;
- Envio à Assembleia Municipal de informação diversa relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e/ou documentos de natureza semelhante;

Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a atividade autárquica e, sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.

A Câmara Municipal de Abrantes, em nome do princípio da transparência, mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da *internet*, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica, da atividade dos órgãos municipais.

b) DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, com o intuito de serem ouvidos os partidos políticos sobre as propostas do orçamento e dos planos de atividades e de investimentos foi realizada uma sessão para apresentação, por parte da Presidente da Câmara, das principais linhas orientadoras desses documentos.

Nessa sessão, que decorreu no dia 26 de outubro de 2017, na Câmara Municipal, foram esclarecidas todas as questões apresentadas pelos presentes e ouvidos todos os contributos para as propostas de orçamento e dos planos de atividades e de investimentos em execução.

Com vista à aprovação final, quer pela câmara municipal quer pela Assembleia Municipal, os documentos previsionais foram facultados com a antecedência prevista na lei, e com antecipação desse prazo sempre que possível, resultando a sua aprovação nos prazos legais.

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Relatório de Avaliação do Direito de Oposição 2017

Foram facultadas, com a antecedência de dois dias úteis prevista no RJAL, e por correio eletrônico, as ordens de trabalho das reuniões do executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão. Os mesmos documentos foram disponibilizados na *intranet* da autarquia, permitindo a sua consulta, através de credenciais pessoais e intransmissíveis de acesso, em qualquer hora e em qualquer lugar, sem necessidade de deslocação aos serviços.

Na reunião de 10 de fevereiro de 2017, a vereadora Elza Vitória (PSD) registou o reparo de que, contrariamente ao que era habitual, a ordem de trabalhos para essa reunião, não lhe tinha sido remetida com a antecedência de dois dias úteis (completos), em rigor – fora-lhe entregue na sexta-feira e a reunião de câmara realizou-se na terça-feira seguinte. Esta situação conduziu ao adiamento da matéria deliberativa dessa reunião para reunião que se realizou no dia 15 do mesmo mês.

Assim, a partir dessa data, por despacho da Presidente da Câmara, envio da ordem de trabalhos passou a ser antecipado em um dia útil face ao prazo previsto na lei (três dias úteis, quando a lei se refere a dois), ou seja, quando a reunião se realiza à terça-feira, a ordem de trabalhos é entregue na quarta-feira anterior.

Este procedimento teve continuidade para o atual mandato.

Quando estão em causa matérias como o orçamento ou a prestação de contas, a documentação é enviada com maior antecedência, dependendo da sua conclusão por parte dos serviços.

Foi possibilitada a cópia desses documentos em papel, sempre que o solicitaram.

Foi disponibilizado gabinete próprio, com meios logísticos necessários à sua atividade, em condições semelhantes a outros gabinetes de trabalho do edifício municipal;

Sempre que manifestada a vontade, foi disponibilizado acesso a todas as instalações municipais e aos respetivos funcionários, ainda que previamente contactado o eleito responsável pelo respetivo pelouro/chefes de serviço;

c) DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Durante o ano 2017, foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Relatório de Avaliação do Direito de Oposição 2017

Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição na respectiva ata ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas na reunião do executivo e foram tornadas públicas, por referência no Boletim Municipal, as posições tomadas;

Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que agendadas e colocadas a discussão e votação;

O executivo camarário, a Presidente da Câmara e vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição;

Está disponível na rede da autarquia, em local destinado a esse fim e acessível *on line*, através de credenciais pessoais e intransmissíveis de acesso, atribuídas exclusivamente para esse fim, toda a documentação/informação em formato digital dos processos sujeitos à discussão e votação nas reuniões da câmara municipal e, sempre que solicitada, foi apresentada informação complementar.

Foram dirigidos os respectivos convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.

Foi facultada a escolha de horário para atendimento público, em instalações da Câmara, com apoio no agendamento desse atendimento, sempre que solicitado;

Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

O Regimento da Assembleia Municipal consigna a distribuição de tempos de intervenção, com favorecimento mesmo das representações minoritárias em detrimento dos tempos que, pelo princípio da proporcionalidade, pertenceriam à maioria.

d) DIREITO DE DEPOR

No período em questão, os eleitos locais referidos como titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8º do Estatuto do Direito de Oposição.

4. CONCLUSÃO

Tendo por base as linhas de atuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Abrantes, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano 2017, considerando-se como relevante o papel desempenhado pelo órgão executivo como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.

Para além do envolvimento dos titulares do direito de oposição, procurou-se o envolvimento da comunidade em geral nas iniciativas de relevante interesse para o município, num contexto de cidadania e participação democrática.

É nossa convicção que estas linhas de atuação deverão ser continuadas no ano 2018, aperfeiçoando-se, sempre que possível, os procedimentos.

Abrantes, 09 de março de 2018

Maria do Céu Oliveira Antunes Albuquerque

Presidente da Câmara Municipal de Abrantes